



GABARITO EXTRA-OFICIAL
DPF – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

NÍVEL SUPERIOR – ESCRIVÃO DE POLÍCIA
PROVA: 13 DE SETEMBRO DE 2009

EQUIPE ALUB CONCURSOS

COORDENAÇÃO: CINTIA LIMA

ASSISTÊNCIA PEDAGÓGICA: PAULA MESQUITA E VANDERLAN MARCELO

PORTUGUÊS: MÁRCIO WESLEY e MARCONDES JR.

REDAÇÃO OFICIAL: MÁRCIO WESLEY e MARCONDES JR.

INFORMÁTICA: HENRIQUE SODRÉ

DIREITO ADMINISTRATIVO: SÉRGIO GAÚCHO

DIREITO CONSTITUCIONAL: JOÃO ALEXANDRE

ARQUIVOLOGIA: DARLAN

LEGISLAÇÃO ESPECIAL: MAURO CHAVES

RACIOCÍNIO LÓGICO: CARRIJO E VANDERLAN MARCELO

LEI Nº 8112/90: NICÁCIO

PROCESSO PENAL: NICÁCIO

DIREITO PENAL: BRUNO MELLO

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: JÚLIO OLIVEIRA

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO: WENDELL LÉO

ATUALIDADES: LUCIANO ABREU

| ITEM | GABARITO | COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR ESCRIVÃO DE POLÍCIA |
|------|----------|---|
| 01 | E | Não há paralelismo sintático nos tempos verbais apresentados. |
| 02 | C | Os trechos possuem o mesmo referente semântico. |
| 03 | C | O uso do ponto-e-vírgula reforça as relações sintáticas marcadas pelas vírgulas e deixa subentendido o sujeito “modernidade”. |
| 04 | C | É possível substituir a expressão “no qual” por “em que” por “onde”, pois tem como referente lugar. |
| 05 | E | Está claro no primeiro parágrafo que o futuro de um país não é obra do acaso ou da fatalidade. |
| 06 | C | É possível reescrevermos sem a repetição da palavra ‘nação’, porém ocorrerá redução da intensidade argumentativa. |
| 07 | E | O autor considera as características como um processo, que não se esgota nelas. |
| 08 | C | O uso do verbo sem pronome é correto, porém muda o sentido do texto. |
| 09 | E | O termo não é núcleo do sujeito, logo pode estar contraído com preposição. |
| 10 | C | O primeiro período mostra que “a democracia só foi possível em sociedades de tipo capitalista, mas não necessariamente de mercado. ” [grifei] Então, podemos CONCLUIR que “a democratização das sociedades impõe limites ao mercado”, conforme está escrito no segundo período. Assim, vemos que é coerente escrever “Desse modo”, em lugar de “De modo geral”. |
| 11 | E | Trata-se de locução prepositiva, formada por preposição mais nome e outra preposição: a respeito de. Não cabe o emprego de artigo para resultar em: ao respeito de. |
| 12 | E | Temos aqui um índice de indeterminação do sujeito. Em tal situação, o verbo deve ficar no singular. O termo “um regime” representa objeto indireto. Ora, a flexão de um verbo não ocorre por interação com objeto. |
| 13 | E | A expressão “com o movimento protestante” não se vincula ao termo “globalização”. Vincula-se ao verbo “surgiu”. Tem, portanto, caráter adverbial e sugere noção de companhia e de simultaneidade. Não tem valor de adição. Por outro lado, precisamos reparar que o sujeito de “domina” (linha 9) é simples e tem núcleo no singular: “A globalização”. Assim, o verbo só pode ficar no singular. Para ser possível o verbo no plural, seria preciso algo como: A globalização com o movimento protestante surgiram na Europa e hoje dominam o mundo. |
| 14 | C | O conectivo “por isso” indica, no plano sintático, oração coordenada sindética conclusiva. No plano semântico, podemos perceber relação de causa e consequência: o que leva a uma conclusão pode ser entendido como causa desta conclusão. A própria conclusão pode ser encarada como consequência. Assim, temos como causa: A dominação e a colonização, que são as últimas palavras da modernidade; e temos como consequência: o preço a pagar pela modernidade e pela globalização. |
| 15 | C | Pelo aspecto da coerência, vamos notar que o texto já havia apresentado como sujeito elíptico e marca textual de posicionamento o pronome “nós”, em “temos de perguntar”. Assim, fica marcado contextualmente um sujeito que não precisará mais ser demarcado com a flexão do infinitivo em “sermos” e “entrarmos”. Pelo aspecto gramatical, o infinitivo da oração reduzida tem flexão opcional quanto ao seu sujeito semântico. |
| 16 | E | O texto informa, desde o início, que a razão/racionalidade se realiza na história (linha 3) como dominação. Podemos perceber que a razão/racionalidade é anterior à globalização. Esta é produzida dentro do contexto da razão, é “filha” da razão (linha 7-9). Ou seja, não podemos inferir que sem globalização não haveria domínio da racionalidade, nem que não haveria colonização. |
| 17 | E | Em “o processo da superação do particular e da afirmação do geral”, temos: “processo” [núcleo do sujeito de “acontece”], “da superação do particular” [adjunto adnominal que caracteriza “o processo”], “do particular” |

| ITEM | GABARITO | COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR ESCRIVÃO DE POLÍCIA |
|------|----------|--|
| | | [complemento nominal de “superação”], “afirmação” [adjunto adnominal de “processo”], “do geral” [complemento nominal de “afirmação”]. Notemos o paralelismo entre “superação” e “afirmação”, ou seja, a preposição repetida se deve à ligação sintática com “processo”. Porém, “do particular” tem preposição para se vincular sintaticamente com “superação”. |
| 18 | E | O futuro do pretérito foi empregado no texto como forma de comparação e redução do nível de complexidade para alcançar o entendimento do leitor. Trata-se de um uso estilístico, e não de um valor hipotético. |
| 19 | C | O emprego de dois-pontos indica no texto a apresentação de uma razão para confirmar o que se afirmou. Podemos subentender, no lugar dos dois-pontos, a conjunção “pois”. |
| 20 | C | A oração introduzida por “a começar” representa circunstância temporal para a oração anterior no texto. Ao ser escrita como “começando”, torna-se oração reduzida de gerúndio, com uso correto do gerúndio. |
| 21 | C | Antes da leitura da linha 12, de fato se percebe duplo sentido no texto. Porém, a leitura da linha 12 exige que, em nome da coerência textual, vejamos “ela” como referência a “crise global”. |
| 22 | E | Não existe regência alguma que justifique o emprego de preposição “de” antes do pronome relativo “que”, nesta linha. |
| 23 | E | O verbo “haver”, no sentido de “existir”, fica no singular, assim como seu verbo auxiliar. A forma correta seria “Não deve haver”. |
| 24 | E | O emprego da forma verbal “encontrássemos” vai exigir adaptação de outras formas verbais que com ela estão relacionadas. A adaptação é a seguinte: Se não as encontrássemos, as consequências seriam desastrosas...”. |
| 25 | E | O endereçamento, no envelope e na própria folha do texto oficial, deve ter a forma: A Sua Excelência o Senhor Dr. Cristóvão Hernandes Juiz de Direito da 99ª Vara Cível Rua Jardim da América, 2.345 01.000-101 Belo Horizonte – MG Sublinhemos que o uso de “Dr.” é admitido, pelo Manual de Redação da Presidência da República, para bacharel em Direito. Notemos que é proibido o emprego de “DD.”, que corresponde a “Digníssimo”. |
| 26 | C | Trata-se da posição correta para a data da assinatura e emissão dos documentos oficiais mencionados. |
| 27 | C | De fato, a INTERPOL mantém uma base de dados que ajuda na cooperação de polícias de diferentes países, na medida em que, genericamente, trata-se de uma central de informações para que as polícias de todo o mundo possam trabalhar integradas no combate ao crime internacional, o tráfico de drogas e os contrabandos. |
| 28 | E | De acordo com informações sobre o tema, a INTERPOL não é uma agência policial comum, uma vez que não cumpre mandatos de prisão, nem possui presídios. O que a Interpol faz é servir como um elo entre os aplicadores da lei de um país com os de outro, ou seja, é uma espécie de “ponte” entre os países em prol do combate ao crime. |
| 29 | C | A Usina de Itaipu ainda é a maior usina hidrelétrica do mundo em capacidade de geração de energia elétrica, na medida em que a usina de Três Gargantas, na China, ainda não opera com total capacidade de geração de energia. |

| ITEM | GABARITO | COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR ESCRIVÃO DE POLÍCIA |
|------|----------|--|
| 30 | C | De fato, uma das questões que foram tratadas no novo acordo foi a concessão do Paraguai na questão do gasoduto Patagônia - São Paulo. |
| 31 | C | De acordo com informações obtidas nas legislações organizacionais da Usina de Itaipu, no lado brasileiro, três indicações cabem ao governo federal, duas à Eletrobrás e uma ao Ministério das Relações Exteriores. No Paraguai, três nomes são apontados pelo governo federal, dois pela Ande e um pelo Ministério das Relações Exteriores. Os conselheiros têm mandato de quatro anos, e os diretores de cinco anos. |
| 32 | E | As águas da represa não inundaram parte do território do Paraguai; também está equivocada a afirmação de que o Paraguai, com o novo acordo, se tornaria sócio minoritário, com 30%. |
| 33 | C | Hoje, dos 50% da energia de Itaipu a que o Paraguai tem direito, apenas 5% é usada internamente no país. O restante é vendido para a Eletrobrás como forma de pagamento pela dívida do Paraguai com a estatal contraída durante a construção da usina. A proposta em discussão seria permitir que o Paraguai negocie diretamente com os grandes consumidores do mercado livre brasileiro - principalmente indústrias - cerca de 5.500 MW restantes. O governo brasileiro também aceita que o vizinho e parceiro do Mercosul venda energia diretamente no mercado brasileiro, sem passar pela Eletrobrás, e renova as ofertas de criação de um fundo de desenvolvimento para projetos de integração industrial produtiva e de facilitação de financiamento para obras de infraestrutura no Paraguai. |
| 34 | C | O Google é um provedor de busca que pode ser utilizado para pesquisar assuntos na Internet. O resultado da busca pode ser auxiliar na execução de pesquisas escolares. |
| 35 | E | Ao se clicar o botão Página Inicial, será(ao) aberta(s) a(s) página(s) definida(s) como página(s) inicial(is) pelo usuário. |
| 36 | C | Existem pendrives com capacidade superior a 1 bilhão de bytes e esses dispositivos são conectados a uma porta USB. |
| 37 | E | A ROM é uma memória não-volátil, ou seja, os dados armazenados nela não são apagados quando há falhas de energia ou quando a energia do computador é desligada. |
| 38 | E | O botão citado no item exibe/oculta caracteres não imprimíveis. Ou seja, ao clicar o botão citado, não será inserido o símbolo ¶. |
| 39 | C | Como a janela está restaurada, ao se aplicar um clique duplo sobre a barra de títulos em um local que não contenha botão ou ícone, a janela será maximizada. |
| 40 | E | Ao se selecionar a primeira linha e teclar CTRL+C, a primeira linha será copiada para a área de transferência. |
| 41 | E | Ao se clicar o botão desfazer, a última ação realizada será desfeita. |
| 42 | C | O procedimento de clicar a célula D3, digitar =B3+C3 e, em seguida, teclar ENTER é suficiente para calcular o preço total das oito cadeiras. |
| 43 | E | Na tecnologia TCP/IP os arquivos são divididos em "pedaços" que podem percorrer caminhos diferentes até o destino. |
| 44 | E | O endereço IP citado no item está na faixa de endereços IPs privados e não poderá ser utilizado para acessar o dispositivo #7 por meio do dispositivo #10. |
| 45 | E | O protocolo POP3 utiliza o protocolo TCP na camada de transporte. |
| 46 | C | VPN permite criar um túnel virtual, usando criptografia. Alguns dos pacotes que passam por #9 tem como origem |

| ITEM | GABARITO | COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR ESCRIVÃO DE POLÍCIA |
|------|----------|---|
| | | e destino os endereços 200.252.137.135 e 192.168.0.1. |
| 47 | E | Não é possível identificar pelo menos duas redes com arquitetura ponto a ponto na figura citada no item. |
| 48 | C | Verificar sentido de tráfego pela figura. |
| 49 | C | O ciclo de vida da informação em uma organização pode corresponder às fases citados no item. |
| 50 | C | A finalidade da chave estrangeira é garantir a integridade dos dados referenciais. |
| 51 | E | A função da atualização automática está relacionada também à instalação de novos patches que corrijam as vulnerabilidades. |
| 52 | C | Em geral, o firewall possui um maior conjunto de regras para bloqueio de conexões originadas de fora do computador do que para as conexões originadas de dentro do computador. |
| 53 | E | Pela figura mostrada, não o Windows não encontrou software de proteção contra vírus. |
| 54 | E | Para lidar com esses problemas de instabilidade institucional deve se aplicar o princípio da proveniência, segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Este princípio também é chamado de “respeito aos fundos”. |
| 55 | C | O termo “fundo” significa conjunto de documentos que possuem a mesma origem. Segundo Michel Duchein, para que uma instituição constitua um fundo de arquivo é necessário que ela possua, entre outros requisitos, atribuições precisas e estáveis, definidas em documento com valor legal, como por exemplo em um contrato social. |
| 56 | E | Estes conceitos não são definidos pelo tamanho ou complexidade do acervo. Fundo fechado é aquele que, não recebe acréscimos de documentos em função de a entidade produtora entidade produtora entidade não se encontrar mais em atividade. O fundo fechado é aquele no qual podem ser acrescentados novos documentos em função do fato de a entidade produtora continuar em atividade. |
| 57 | C | Os arquivos são o conjunto de documentos produzidos e recebidos pelas pessoas físicas ou jurídicas, no decorrer de suas atividades. Por esta razão os documentos de arquivo refletem as atividades destas pessoas que os acumularam e somente produzem sentido se interpretados em meio a este contexto de acumulação. |
| 58 | C | Este princípio, conhecido também como princípio proveniência, afirma que o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Tal princípio é fundamental para a ordenação dos documentos na fase permanente, pois permite manter a relação entre os documentos e o seu organismo acumulador. |
| 59 | E | Os valores administrativos, legais ou fiscais são considerados valores primários. O valor secundário está relacionado ao uso dos documentos para o interesse histórico. |
| 60 | C | Os documentos entram e saem da instituição por meio do protocolo, que é uma das atividades pertencentes aos arquivos correntes, fase na qual os documentos estão em tramitação. |
| 61 | E | Não fase permanente, os documentos são de acesso aberto ao público em geral. O acesso é restrito apenas nas fases corrente e intermediária. |
| 62 | C | Os documentos de arquivo produzidos e recebidos pelas pessoas jurídicas possuem relação direta e indireta com a missão destas entidades. Eles derivam da atividade – fim, desenvolvida em decorrência da finalidade de uma instituição, e da atividade - meio que dá apoio à consecução de sua atividade-fim. |
| 63 | E | Tal teoria, a partir da identificação dos valores primário e secundário, permite a definição das três fases do ciclo |

| ITEM | GABARITO | COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR ESCRIVÃO DE POLÍCIA |
|------|----------|---|
| | | documental: corrente, intermediária e permanente. |
| 64 | E | A finalidade do diagnóstico é de constatar os pontos de atrito, as falhas, as lacunas existentes nos arquivos, visando a formulação de medidas necessárias para a resolução destes problemas. |
| 65 | C | A microfilmagem tem a função de reduzir o volume ocupado pelos documentos em papel, bem como de preservar estes documentos. Segundo a legislação arquivística, é vedada a eliminação de documentos permanentes após microfilmagem. |
| 66 | C | Os documentos de arquivo existem em qualquer suporte documental, inclusive em meio digital, onde pode-se encontrar bases de dados. |
| 67 | C | Todos estes fatores danificam os documentos de arquivo. |
| 68 | E | Os documentos citados na questão são exemplos de espécie documental. Tipologia documental corresponde a divisão de que reúne por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. São exemplos de tipologias documentais cartas precatórias, certidões de nascimento e boletins de ocorrência. |
| 69 | E | Os documentos citados na questão pertencem ao gênero cartográfico. Iconográfico é o gênero formado por documentos que possuem imagens estáticas, tais como fotografias e desenhos. |
| 70 | E | Encontraremos que a probabilidade para habitantes de El Salvador ou da Guatemala será 95 em cada grupo de 100.000. Com a probabilidade de cidadão da Europa é 30 vezes menor. Teremos 3,166... em cada grupo de 100.000, logo o valor é superior ao mencionado na questão. |
| 71 | E | A questão se refere a uma combinação (C11,6 a 6). Resolvendo encontraremos o valor encontrado será 462 |
| 72 | E | A probabilidade de somente vermelho e somente azul será: $40/110 + 30/110 = 70/110 = 63,63\%$ |
| 73 | E | A questão se refere a uma combinação C11,5 a 5. Resolvendo encontraremos o valor encontrado será 462 |
| 74 | C | Fazendo a tabela verdade das proposições compostas propostas verificaremos que são equivalentes. |
| 75 | E | Conforme o proposto pelo enunciado verificaremos que a proposição “Jane é policial federal ou procuradora de justiça” pode ter valor lógico verdadeiro ou falso. |
| 76 | E | As equivalência de “Se A então B” podem ser : “ Se não B então não A ” e também “ não A ou B ”. Fazendo a tabela-verdade das proposições propostas verificaremos que não são equivalentes. |
| 77 | E | A negação de “Todos os policiais são honestos” pode ser “ Alguns policiais não são honestos”. |
| 78 | C | Caso a declaração de Carlos seja verdadeira; a declaração de José também será verdadeira e perceberemos uma contradição. Logo a declaração de Carlos deverá ser falsa o que torna a declaração de José também falsa. Logo os dois mentiram. |
| 79 | E | Fazendo a tabela-verdade da proposição proposta verificaremos uma tautologia, isto é, somente valor lógico V. |
| 80 | C | Partindo da proposição “Carlos não fracassou na prova de Física” como verdadeira chegaremos a conclusão que a dedução está correta. |
| 81 | C | Considerando como verdadeiras as proposições chegaremos a conclusão que Fred não mora em São Paulo . |
| 82 | C | No crime de estelionato (resulta do latim stellio que significa camaleão) a vítima é mantida em erro, engodo, |

| ITEM | GABARITO | COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR ESCRIVÃO DE POLÍCIA |
|------|----------|---|
| | | fraude, ela é levada a acreditar que o agente está agindo de boa-fé. Já no crime de extorsão o agente necessita da vítima para conseguir a vantagem indevida, empregando a violência ou grave ameaça. |
| 83 | C | O crime preterdoloso, ou preterintencional, ou ainda preterdolo, é uma espécie de crime qualificado pelo resultado. O crime preterdoloso é aquele crime em que o agente atua com dolo na conduta inicial, porém o resultado que vai além do que intentava o agente, é por culpa, ou seja, dolo no antecedente e culpa no consciente, dolo na conduta inicial e culpa no resultado final. |
| 84 | E | São elementos do Fato Típico: Conduta, resultado, nexo causal (ou nexos e causalidade) e tipicidade. A culpabilidade não é elemento do crime e sim pressuposto de aplicação de pena. Ausente algum elemento do fato típico esta conduta deverá ser considerada atípica, seja por uma atipicidade absoluta; retirada uma característica importante do crime, da conduta, do tipo penal e o mesmo deixa de ser crime ou uma atipicidade relativa; retirada uma característica importante do tipo, da conduta o fato não deixa de ser crime, mas passa a ser outro crime. |
| 85 | C | Os tipos omissivos impróprios são aqueles previstos no art. 13 § 2º alíneas “a”, “b”, “c”. É a chamada omissão penalmente relevante. Conhecidos por crimes comissivos por omissão, pois as pessoas que estão descritas nas alíneas responderão pelo crime como se estivessem o praticado, por isso comissivo por omissão (crime praticado por ação), ou seja, tais pessoas responderão pelo resultado que estiver ocorrido em razão da omissão. Ex.: Se uma mãe falta com a atenção e deixa seu filho brincando e este pula da janela e morre, sua mãe deverá responder pelo resultado que decorrer de sua omissão, sendo assim, homicídio culposo. |
| 86 | E | Para que se configura a legítima defesa basta que a agressão seja injusta, não necessariamente ilícita, conforme o art. 25 do Código Penal; Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) |
| 87 | C | Em algumas raras exceções como o art. 173 5º e art. 225 § 3º, os quais preveem, respectivamente, os crimes contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular, respectivamente, pode-se punir as Pessoas Físicas, o qual é a regra, e as Pessoas Jurídicas, o qual é a exceção. |
| 88 | E | Errado por dois motivos. Primeiro que o entendimento é que o aumento de pena referente ao repouso noturno somente se aplica ao furto simples e não ao qualificado. Na esteira do raciocínio, também se aplica o furto durante o repouso noturno à casa não habitada. |
| 89 | E | Para se configurar o crime de corrupção passiva previsto no art. 317 do Código Penal, o qual tem como tipo: Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. |
| 90 | C | É crime de mera conduta, em que não existe resultado previsto na lei, sendo assim, só de o agente pratica a conduta prevista na lei o crime estará consumado. |
| 91 | E | O Decreto-Lei, n. 3.689/41, ou seja, o Código de Processo Penal preceitua, no seu art. 229, que <u>a acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre acusados ou testemunhas e a pessoa ofendida</u> , e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes. |
| 92 | E | O Código de Processo Penal preceitua, no seu art.10, § 2º, que <u>no relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas</u> , mencionando o lugar onde possam ser encontradas. |
| 93 | C | O art. 14 do Código de Processo Penal, expressamente afirma que o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade |
| 94 | C | O examinador nesta questão cobrou o conhecimento da Súmula 147 do STF, que menciona: <u>“Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação”</u> . |
| 95 | E | A questão trata do art. 18 do Código de Processo Penal, que afirma que depois de ordenado o arquivamento do |

| ITEM | GABARITO | COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR ESCRIVÃO DE POLÍCIA |
|------|----------|---|
| | | inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, <u>a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas</u> , se de outras provas tiver notícia. Não há menção no referido artigo sobre a exigência expressa da autorização da autoridade judicial. |
| 96 | E | Podemos conceituar o inquérito policial como sendo todo o procedimento policial destinado a reunir elementos necessários à apuração da prática de uma infração penal e de sua autoria. Logo <u>trata de procedimento administrativo de caráter persecutório e não judicial</u> . |
| 97 | C | Recentemente a Lei n. 11.900/09, acrescenta no Código de Processo Penal, que excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência. |
| 98 | E | A questão merece comentários sobre cada uma das prisões. A prisão preventiva pode ser decretada na fase do inquérito policial ou da instrução criminal, poderá ser decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial. A prisão temporária tem legislação própria, que é a Lei n. 7.960/89. Ela não pode ser decretada de ofício e só cabe na fase do inquérito policial. |
| 99 | E | O artigo 1º, inciso I, alínea c, da Lei 9.455/97, reconhece que “constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça....” em razão de discriminação racial ou religiosa é considerado “tortura”. |
| 100 | C | Previsto no artigo 32, parágrafo 2º, da Lei 9.605/98, a prática do abuso, maus-tratos ou mutilação de “animais domésticos” é considerada crime contra o meio ambiente. |
| 101 | E | Não existe menção, no artigo 33 da Lei 11.343/2006, de que há isenção de pena ao traficante de substância entorpecente o qual é dependente ou está sob efeito da droga (caso fortuito ou força maior). |
| 102 | E | O artigo 37 da Lei 11.343/2006 tipifica a conduta do “informante” que colabora com grupo ou associação destinada ao tráfico ilícito de entorpecentes. |
| 103 | C | Mencionado no artigo 14, parágrafo único, da Lei 10.826/2006. Considera-se inafiançável o “porte” ilegal de arma de fogo de uso permitido, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente. OBSERVAÇÃO: contra este item cabe “recurso”, pois o STF considerou “inconstitucional” o disposto no trecho citado acima, sob a alegação de ser desproporcional, ferindo o princípio da razoabilidade. Com isso, o porte ilegal de arma de fogo seria equiparado a delitos mais graves previstos na Constituição (infrações penais inafiançáveis). Ex: Tráfico ilícito de entorpecentes e Terrorismo. ADI nº 3.112-DF, de 02/05/2007 – STF. |
| 104 | C | A teoria da equidade se manifesta e se baseia no critério que as pessoas têm sobre a recompensa que recebem em comparação com as recompensas que as outras pessoas recebem pelo mesmo serviço ou pelos mesmos resultados. Nesse sentido, Stacy Adams diz: “Na teoria da equidade, a motivação, o desempenho e a satisfação de um funcionário depende da avaliação subjetiva que ele faz das relações entre sua própria razão de esforço – recompensa e a razão de esforço – e a recompensa dos outros em situações parecidas”. As comparações podem ser sobre aspectos diversos como o salário ou outros. Segundo esta teoria, quando uma pessoa entende que se cometeu uma injustiça com ela, aumenta a tensão e a maneira de resolver a situação é mudar de comportamento. Se o ser humano adotar este comportamento, realmente qualquer injustiça percebida em relação às recompensas poderá motivar estas pessoas a restaurarem o senso de equidade, não necessariamente com um comportamento positivo. |
| 105 | E | Os fatores de Herzberg são os higiênicos e os motivacionais. Os higiênicos tratam da relação de satisfação enquanto os motivacionais sobre a relação de motivação dos colaboradores. As condições do ambiente de trabalho, segundo o próprio, são questões chamadas de higiênicas, pois estariam ligadas ao bem-estar e consequentemente ocasionando a relação de satisfação ou insatisfação. A satisfação não é pressuposto de motivação, segundo o estudioso. |

| ITEM | GABARITO | COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR ESCRIVÃO DE POLÍCIA |
|------|----------|--|
| 106 | E | A União não se configura no pólo passivo de dívida ativa. |
| 107 | E | Os restos podem ser cancelados, conforme a LRF. |
| 108 | E | Fere o princípio da unidade ou da unidade de caixa. |
| 109 | E | A vigência será de um ano, conforme o princípio da anualidade. |
| 110 | E | Não houve restrição do controle do ordenador de despesas e nem perda da individualização dos recursos de cada unidade gestora. |
| 111 | E | Segundo esse princípio, presume-se, até prova em contrário, que os atos da Administração sejam verdadeiros e praticados com observância das normas legais. Portanto, não se trata de presunção absoluta, mas sim presunção relativa (juris tantum), que como tal, admite prova em contrário. |
| 112 | E | Segundo ensina Maria Sylvania Zanella Di Pietro, o Poder Disciplinar “não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração, porque, nesse caso, as medidas punitivas encontram seu fundamento no poder de polícia do Estado.” |
| 113 | C | A Lei n. 8.112/90, no seu art. 48 expressamente afirma que o vencimento, a remuneração e o provento <u>não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.</u> |
| 114 | E | Segundo estabelece o art. 5º do Decreto-lei nº 200/67, a empresa pública pode ser estruturada sob qualquer das formas societárias admitidas em direito. No entanto, a sociedade de economia mista deve ser estrutura somente sob a forma de sociedade de economia mista. |
| 115 | E | Com efeito, frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente constitui ato de improbidade administrativa. No entanto, segundo determina o art. 12 da Lei nº 8.429/92 (lei de improbidade administrativa), as sanções prevista na referida norma independem da responsabilização penal, civil e administrativa. Portanto, os atos de improbidade não estão sujeitos unicamente às sanções previstas na lei de improbidade , conforme constante da questão. |
| 116 | C | <u>Nos termos da Constituição da República:</u> Art. 20. São bens da União: XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. |
| 117 | E | <u>Nos termos da Constituição da República:</u> § 3º - São privativos de brasileiro nato os cargos: I - de Presidente e Vice-Presidente da República; II - de Presidente da Câmara dos Deputados; III - de Presidente do Senado Federal; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V - da carreira diplomática; <u>VI - de oficial das Forças Armadas.</u> <u>VII - de Ministro de Estado da Defesa</u> |
| 118 | E | <u>Nos termos da Constituição da República:</u> Art.5º, LXXII - conceder-se-á " <i>habeas-data</i> ": |

| ITEM | GABARITO | COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR ESCRIVÃO DE POLÍCIA |
|------|----------|---|
| | | a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante , constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; |
| 119 | C | Nos termos da Constituição da República: Art. 136, § 1º - O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes: I - restrições aos direitos de: a) reunião, ainda que exercida no seio das associações; |
| 120 | E | Nos termos da Constituição da República: § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência. Ou seja, a competência não é exclusiva da Polícia Federal. |